

DOSSIÊ

| 150 anos do *Manifesto*
Comunista

Anotações sobre a Europa em 1848

MODESTO FLORENZANO*

É lugar-comum dizer que se as idéias não movem o mundo o mundo não se move sem idéias. E a Europa nunca foi tão povoada de idéias visando mover o mundo como na década de 1840. Não são poucos os historiadores, das mais diferentes concepções, que chamaram a atenção para este fato. Para Namier, que era um conservador, “a revolução de 1848 foi precedida por um período de florescimento intelectual como a Europa nunca conhecera antes nem conheceria depois”; para Godechot, um liberal-democrata, entre 1815 e 1848, “nunca se tinha visto — e nunca ver-se-ia a seguir — um tão vivo florescimento de teorias políticas”; e para Hobsbawm, que é um marxista-comunista, em 1848, havia três modelos de revolução em circulação ao mesmo tempo: “o liberal moderado”, “o democrata radical” e “o socialista”.¹

Lembremos, nesse sentido, que, entre as décadas de 1830 e 1840, Comte, Tocqueville e Marx-Engels já tinham elaborado e formulado suas respectivas filosofias da história, constituindo, cada uma delas, como todos sabem, as mais elevadas e influentes teorias sociais deixadas pelo século XIX. Ora, essas teorias expressavam o que H. Arendt definiu com perspicácia, mas de maneira negativa e algo exagerada, como a “tremenda mudança intelectual que ocorreu em meados do século XIX (que) consistiu na recusa de encarar qualquer coisa ‘como é’ e na tentativa de interpretar tudo como simples estágio de algum desenvolvimento ulterior”.² Embora as influências desses pensadores, sobretudo de Marx e Engels, só se fizessem sentir depois de 1848, a maneira como todos eles interpretaram

* Professor do Departamento de História, FFLCH/USP.

1. Lewis Namier “Il Quarantotto, vivaio di storia”. In: *La rivoluzione degli intellettuali*, Torino, Einaudi, 1957, p. 211. Jacques Godechot *Le Rivoluzioni del 1848*, Novara, Istituto Geografico De Agostini, 1973, p. 127. Eric, J. Hobsbawm *A era das revoluções 1789-1848*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 130. Dos três historiadores, só Hobsbawm é vivo.

2. Hannah Arendt, *As origens do totalitarismo*, Rio de Janeiro, Editora Documento, 1979, p. 230.

o papel e a importância da História não poderia expressar melhor a atmosfera intelectual reinante, na Europa, naquele momento.

Num lúcido comentário ao *Manifesto Comunista*, por ocasião do seu centenário, o historiador E. H. Carr, assinala que o famoso panfleto “apresenta a metodologia marxista em sua forma completamente desenvolvida: uma interpretação da história que é, ao mesmo tempo, um chamado à ação”. E embora outros escritos anteriores e posteriores ao *Manifesto*, prossegue Carr, “parecem insistir nas leis férreas do desenvolvimento histórico, que deixariam pouca margem à iniciativa da vontade humana (...) não alteram a dupla ortodoxia estabelecida no *Manifesto Comunista*, onde interpretação e ação, predestinação e livre arbítrio, teoria revolucionária e prática revolucionária marcham triunfalmente de mãos dadas”.³ Talvez, não constitua um exagero afirmar que todo o acirrado e rico debate, conhecido como *Zusammenbruchstheorie*, que se desenvolveu no final do século passado e início deste, no interior do marxismo, sobre a existência ou não existência, em *O Capital* de Marx, de uma teoria do colapso do capitalismo, teve como fundamento precisamente a tensão, e o enigma, entre determinação e liberdade.⁴

Assim, e voltando a 1848, quando Joseph Proudhon, o fundador do socialismo anarco-sindicalista, escreveu, nas *Confissões de um revolucionário*, publicadas em 1849, que o governo provisório, na França, criado pelas jornadas de fevereiro, era um “governo sem idéias e sem escopo”, não estava apenas formulando mais um paradoxo, ele que uma vez chamou a si mesmo de “um homem de paradoxos”.⁵ Estava, talvez, lamentando não a ausência de idéias, mas o seu excesso (e, naturalmente, a ausência das idéias dele, Proudhon). Na verdade, havia, entre os contemporâneos de 1848, tanto por parte dos que queriam (um)a revolução, quanto dos que a ela se opunham, uma aguda percepção sobre o poder transformador e subversivo das idéias, já que todos se lembravam dos precedentes revolucionários de 1789, de 1792-3 e de 1830. A ação das sociedades secretas, como a dos Carbonários, e o livro de Filippo Buonarroti, *A conspiração dos iguais de Graco Babeuf*, editado em

3. Edward Hallet Carr “El Manifiesto Comunista”. In: *Estudios sobre la revolución*, Madrid, Alianza Editorial, 1970, p. 24-25.

4. Ver Lucio Colletti *Il marxismo e il ‘crollo’ del capitalismo*, Roma-Bari, Laterza, 1977.

5. Sobre Proudhon, ver o ensaio de Carr “Proudhon: el Robinsón Crusoe del socialismo”, *op. cit.* p. 44-60.

Bruxelas, em 1828, vieram enriquecer o acervo em matéria de revolução, as quais, como se sabe, quando acontecem na prática é porque antes aconteceram nas mentes.

Ninguém se expressou melhor sobre isso do que os alemães, dos dois lados da barricada, isto é, dos que queriam levar a teoria à prática e dos que queriam impedir que isso ocorresse. Não vou lembrar aqui, de Marx e Engels (cujas brilhantes formulações nesse sentido são conhecidas de todos), mas do rei Guilherme, do pequeno Estado alemão de Württemberg, da sua formulação, lapidar, verbalizada a um diplomata, em 9 de maio de 1848, “Não posso montar a cavalo contra as idéias”.⁶ Assim, tanto quanto a presença das muitas idéias e dos vários programas revolucionários, o que ainda distingue 1848 é que, de ambos os lados da barricada, eram muitos os que sabiam que a revolução estava a caminho. Por isso, tanto Namier, quanto Hobsbawm, começam e terminam suas interpretações sobre 1848, com citações dos contemporâneos para enfatizar a consciência que estes tinham da iminência da revolução. Para Namier, “a revolução de 1848 era universalmente esperada, e foi supranacional como nenhuma outra antes ou depois de então”, e, para Hobsbawm, “raras vezes a revolução foi prevista com tamanha certeza, embora não fosse prevista em relação aos países certos ou às datas certas”.⁷

Assim, quando Tocqueville advertiu no profético, e muito citado, discurso à Câmara dos Deputados, de 27 de janeiro de 1848, sobre a iminência da revolução (“Não ouvis então... que direi?... Um vento de revoluções que paira no ar? Esse vento, não se sabe onde nasce, de onde vem, nem, acreditai, o que carrega...”),⁸ ele já havia sido precedido por outros. A começar por Vitor Hugo que, ainda em 1831, escrevia que ouvia por toda parte “o barulho surdo que fazem as revoluções, ainda encravadas nas entranhas da terra, estendendo sob todos os reinos da Europa suas galerias subterrâneas, ramificações da grande revolução central cuja cratera é Paris”. E por Metternich que, em 1832, escrevia: “Existe apenas um assunto sério na Europa de 1832, a revolução... a revolução social (que)

6. citado por Delio Cantimori “Realtà storica e utopia nel 1848 europeo”. In *Studi di storia*, Torino, Einaudi, 1976, vol. 3, p.686.

7. Namier, *op. cit.* p. 13 e Hobsbawm, *op. cit.* p. 332. No entanto, para o historiador Charles Pouthas, já falecido, e também especialista no tema, “No início de 1848 ninguém considerava iminente uma explosão revolucionária”. “Le rivoluzioni del 1848”. In: *Storia del mondo moderno* (ed. italiana da *The New Cambridge modern history*), Milano, Garzanti, 1970, vol. X, p. 494.

8. O discurso de Alexis de Tocqueville pode ser lido na edição brasileira de sua *A democracia na América*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1977, p. 586.

ataca os alicerces da sociedade”. Ninguém percebeu com mais profundidade do que o ministro prussiano, o conde von Galen, que a crise econômica geral, iniciada em 1848, e que iria se agravar o ano seguinte, havia tornado a revolução impossível de ser detida. Escrevia o ministro prussiano, em 1847, “o ano velho se encerrou em meio à carestia, o novo se abre em meio à fome. A miséria espiritual e física percorre a Europa em formas espantosas: uma sem Deus, a outra sem o pão. Ai se elas se dão as mãos”. E foi, precisamente, o que aconteceu. Nas palavras do historiador Taylor: “Os ideólogos tinham apelado às massas por sessenta anos; em 1848 as massas finalmente responderam ao seu chamado”.⁹

Todos os historiadores estão de acordo em considerar que a revolução de 1848 foi o resultado da fusão de duas crises: uma crise política e uma crise econômica. Não tenho espaço aqui para tratar desta última, lembro apenas que o historiador Labrousse demonstrou, por ocasião do centenário de 1848, e salvo engano, foi o primeiro a fazê-lo,¹⁰ que, entre 1846-1848, a França (e o mesmo, *mutatis mutandis*, vale para boa parte da Europa) passou, simultaneamente, pela última crise, aguda, de tipo antigo regime (isto é, por uma grave escassez de gêneros alimentícios básicos e que, a partir da agricultura, afetou também a indústria têxtil e o comércio a ela vinculados) e pela primeira crise, igualmente aguda, de tipo novo (isto é, capitalista, de superprodução, com escassez financeira e paralisação da indústria metalúrgica e ferroviária). Se cada uma das duas crises já era suficiente para provocar fome e desemprego e, em conseqüência, agitação social e revolta, as duas somadas, ao deixarem milhões de famintos e desempregados, agravaram a crise social já em curso por causa da industrialização, e em conseqüência, abriram o caminho à revolução.

Mas, como notou Labrousse, no texto já citado, embora existam crises econômicas decenais, não há revoluções decenais. Tanto é verdade que, os dois países mais industrializados da Europa, a Inglaterra e a Bélgica, estiveram entre os mais afetados pela crise, mas escaparam da revolução. Assim, o curso da crise econômica determina o momento da eclosão da revolução, mas esta só ocorre onde a crise econômica cruza-se, e funde-se, com uma crise política que a antecede. Não que na Bélgica e na

9. A citação de Vitor Hugo, foi retirada de J. P. T. Bury “Nazionalità e nazionalismo”. In: *Storia del mondo moderno*, op. cit., p.267: a de Metternich, de J. L. Talmon *Romantismo e revolta. Europa 1815-1848*, Lisboa, Editorial Verbo, 1967, p. 9; a de von Galen, de Namier, op. cit. p. 15 e a de A. J. P. Taylor, historiador conservador inglês, também já falecido, do ensaio “1848”, In: *Europe: grandeur and decline*, Londres, Penguin Books, 1967, p. 28.

10. Ernest Labrousse “1848; 1830; 1789: tres fechas en la historia de la Francia moderna”, In: *Fluctuaciones economicas e historia social*, Madrid, Editorial Tecnos, 1973, p. 463-478.

Inglaterra não tenha havido problemas e agitações políticas em 1848, mas, em ambas, não havia mais, por parte das classes proprietárias, questionamento às instituições políticas básicas, isto é, à monarquia e ao parlamento. Por isso, em 1848, na Bélgica, bastou ampliar um pouco mais o número de eleitores para colocar todos os proprietários do lado do governo. E na Inglaterra, o governo não sofreu nenhum abalo, apesar do problema irlandês; apesar da intensa agitação promovida pela *Anti-corn-law-league*; e, sobretudo, apesar do cartismo.

Este último, expressava a questão operária, que se havia tornado aguda precisamente nos dez anos que antecederam 1848. Os cartistas desenvolveram, a partir de 1838, uma intensa campanha de mobilização e de agitação, para angariar assinaturas e forçar o Parlamento a aprovar seu programa democrático de seis pontos, a Carta ao Povo, visto como condição indispensável para dar a todos os trabalhadores a possibilidade de obter sua emancipação política e econômica. O último esforço dos cartistas, a realização de uma manifestação monstro em 10 de abril de 1848, terminou em fracasso. Sobre este acontecimento, vejamos o testemunho de Fulk-Greville que, em seu diário do dia anterior, escrevia:

Londres inteira está preparada para responder a um levante dos cartistas amanhã: o qual será ou muito sublime ou muito ridículo. Todos os empregados e demais pessoas que se encontram nos diferentes escritórios devem, por ordem do governo, prestar juramento como guardas especiais e formar guarnições... Amanhã passaremos todo o dia no escritório, e eu mandarei todos os meus fuzis; em suma, estamos em estado de guerra (...) em Londres, todo *gentleman* tornou-se um guarda (...)

No dia seguinte comenta:

A anunciada tragédia transformou-se rapidamente em uma leve farsa. Mas prevalece a satisfação: todos se alegam pelo fato da demonstração defensiva ter sido feita, por que proporcionou uma grande e memorável lição, que não será esquecida (...) e produzirá um grande efeito em todos os países estrangeiros, mostrando como são sólidos os fundamentos sobre os quais nos apoiamos. Mostramos uma grande resolução e uma grande força (...)

E, Cantimori, o historiador italiano do qual extraímos esta citação, acrescenta: “É conhecido como os reacionários, os conservadores e os moderados franceses aprenderam a lição inglesa”.¹¹

Na verdade, o que aconteceu na Bélgica e na Inglaterra foi que 1848 havia sido decidido em 1831 e 1832. A constituição belga de 1831 reunia tudo o que liberais e burgueses poderiam querer como forma ideal de

11. Delio Cantimori, op. cit., p. 685.

governo: uma monarquia constitucional, rigidamente limitada, que estabelecia o claro reconhecimento da soberania do povo, um legislativo bicameral (onde ambas as câmaras eram inteiramente eleitas pelo povo), um poder judiciário (completamente independente), um clero pago pelo Estado (mas dele independente), e uma declaração de direitos dos cidadãos solidamente baseada nos princípios de 1776 e 1789 (e sob muitos aspectos mais avançada do que estes).¹² Não admira, assim, que, em 1848, a constituição belga tenha exercido uma considerável influência na Alemanha, Itália, Escandinávia e outros países.

Quanto à Inglaterra, o Ato de Reforma, aprovado em 1832, ao aumentar em 50% o número de eleitores (e deve ser dito que mesmo antes da reforma, o número de votantes na Inglaterra era o maior da Europa, superior àquele estabelecido pela constituição sueca de 1809, espanhola de 1812, norueguesa de 1814, holandesa de 1815, francesa de 1830 e belga de 1831) e ao reformar as circunscrições eleitorais com base na população, abriu caminho legal para a classe média, a burguesia empresarial, finalmente, poder ser maioria no parlamento. A reforma de 1832, eliminava qualquer possibilidade de conflito sério entre o capital agrário e o industrial e de uma eventual aliança entre este e a classe operária. O historiador Rudé colocou em dúvida que a Inglaterra tenha estado perto, ou na iminência, de uma revolução não só em 1848, como até mesmo em 1830-32, como chegaram a acreditar muitos historiadores. Afirmou Rudé, com razão, que “não houve revolução em 1832 não apenas por que os tories ou os lordes cederam às ameaças dos *whigs* ou dos radicais, como também por que ninguém importante queria uma revolução e por que aquela combinação de fatores políticos e materiais, a única a poder fazer a revolução possível, estava conspicuamente ausente”.¹³

Com efeito, examinando-se todas as grandes revoluções do ocidente, da inglesa de 1640 à russa de 1917, verifica-se que, em todas elas, ocorreu, previamente, entre outras coisas, uma alienação dos intelectuais com relação ao Estado e uma fratura — e uma crise moral — no interior das classes ou frações de classes dominantes. Ora, nenhuma dessas duas condições existia na Inglaterra e na Bélgica em 1848, bem como também não existia (ou porque tinha acabado de ser superada, ou porque estava

12. Cf. J. H. Hawgood, “Liberalismo e sviluppi costituzionali”. In: *Storia del mondo moderno*, op. cit., p. 238.

13. George Rudé “Why was there no revolution in England in 1830 or 1848?”. In: *Studies Über Die Revolution*, (vários autores), Berlin, Akademie-Verlag, s/d., p. 243. O historiador Rudé também é já falecido.

em refluxo, ou, ainda, porque não havia emergido) na Suíça, na Polônia, na Península Ibérica, na Escandinávia e na Rússia (daí porque em nenhuma dessas regiões houve revolução). Mas, a alienação dos intelectuais, a fratura — e a crise moral — no interior das classes dominantes existia na França. E existia também, agravada ainda pelo problema nacional, em todo o vasto território formado pelos 39 Estados alemães, pelos 7 Estados italianos e, sobretudo, pelo império Habsburgo. Em outras palavras, e para retomar a formulação de Rudé, nesses países, ao contrário do que ocorria na Inglaterra, eram numerosas as pessoas importantes que queriam uma revolução. Começemos pela França.

Na França, a Revolução de 1830, fora “uma revolução pela metade”, na feliz formulação de Vitor Hugo. Como bem lembrou o historiador Droz, “os franceses tinham sonhado com um soberano que os levaria ao sufrágio universal e com uma monarquia que seria, segundo a famosa frase, a melhor das repúblicas; mas confrontaram-se com um rei que se opôs a toda emancipação política e que se negou a reconhecer outra coisa que não fosse o ‘país legal’, desprezando o ‘país real’.”¹⁴ À oposição que reclamava a reforma eleitoral e parlamentar, Guizot, ministro e ideólogo do regime, obcecado com sua política do *juste milieu*, respondia *enrichissez-vous*. Na verdade, mais do que o rei, foram, por um lado, e sobretudo, a grande burguesia orleanista, e os seus grandes porta-vozes e líderes, a começar por Guizot, e, por outro, e em menor escala, a nobreza legitimista, os responsáveis pelo fracasso do regime criado em 1830.

A nobreza legitimista porque nunca aceitou a nova dinastia, e depois de abandonar, em um primeiro momento, Paris e a política, refugiando-se em suas terras e reaproximando-se dos camponeses, quando, em um segundo momento, retornou à capital e à política, ficou na oposição e, no fim, chegou até mesmo a votar com os republicanos contra o governo. E a burguesia orleanista porque, com seu exclusivismo, isolou-se perigosamente no poder. Nas *Lembranças de 1848*, Tocqueville assim interpretou esse comportamento: “todos os poderes políticos, todas as franquias, as prerrogativas, o governo inteiro, encontraram-se encerrados e como que amontoados nos limites estreitos da burguesia, com a exclusão (de direito) de tudo o que estava abaixo dela e (de fato) de tudo o que estivera acima. Assim, a burguesia não só se tornou a única dirigente da

14. A citação de Vitor Hugo foi retirada de J. H. Hawgood, op. cit., p. 236 e a de Jacques Droz *Europa: restauracion e revolucion 1815-1848*, México, Siglo XXI, 1974, p. 272.

15. Alexis de Tocqueville *Lembranças de 1848. As jornadas revolucionárias em Paris*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, tradução de Modesto Florenzano, p. 35.

sociedade, mas também converteu-se em sua arrendatária”.¹⁵ Se, como bem viu Tocqueville, levarmos em conta os que estavam acima da burguesia, isto é, os legitimistas, dir-se-ia que, na véspera de 1848, a luta de classes que conflagrava a sociedade francesa era quadrangular, e não apenas triangular, entre duas burguesias e as massas, como propuseram os historiadores Labrousse e Droz.

É conhecida a opinião de Engels, segundo a qual, os romances de Balzac explicam a sociedade francesa de classes, de meados do século XIX, melhor do que os livros de história. Se a opinião de Engels (que era também a de Marx) é mais do que justa, cabe acrescentar que nenhum livro de história permite compreender melhor o comportamento e a mentalidade da nobreza legitimista e da burguesia orleanista, durante a Monarquia de Julho, do que o romance *Lucien Lewen* de Stendhal, e o de todas as facções da burguesia, em 1848, do que a *Educação sentimental* de Flaubert.

Em 1830, Tocqueville, em oposição a seus pais e amigos, todos legitimistas, tinha jurado fidelidade à nova dinastia porque, como Guizot e tantos outros liberais, estava convencido que, com o novo regime, o drama iniciado em 1789, tinha, finalmente, acabado. Mas, em algum momento dos anos quarenta, deu-se conta de que, como afirma nas *Lembranças...*, tinha confundido o fim de um ato com o fim da peça, ou seja, que a revolução francesa não tinha acabado ainda. Novamente, ele não foi o único, pois, em 1840, o historiador republicano Edgar Quinet advertia: “A burguesia acusou a antiga realeza de ter oposto uma resistência implacável ao espírito de seu tempo, e de ter acumulado por isso uma revolução igualmente implacável. Que ela se cuide para não cair no mesmo erro...”.¹⁶

Mas, Guizot, ao contrário de Quinet e Tocqueville, ficou até o fim, isto é, até 1848, convencido que o 1830 francês era o perfeito equivalente do 1688 inglês. Como Hegel, também Guizot, acreditava no fim da história. Por isso, depois de 1830, ele e o liberalismo burguês francês como um todo — que havia sido tão criativo e rico, durante a Restauração, não nos esqueçamos o quanto o conceito de luta de classes de Marx, como ele próprio reconheceu, devia àqueles pensadores — não tinha mais nada a dizer e face à revolução de 1848 e suas lutas de classes, ficou completamente traumatizado. Em 1853, o historiador liberal Augustin Thierry, assim revelava sua perplexidade: “Quando eclodiu sobre nós a

16. *Avertissement au pays*, reproduzido em C. Fohlen e J. R. Suratteau *Textes d'histoire contemporaine*, Paris, Sedes, 1967, p. 252.

17. Citado por Alice Gérard *La Révolution Française, mythes et interprétations 1789-1970*, Paris, Flammarion, 1970, p. 51.

catástrofe de 1848, eu senti o golpe de duas maneiras, como cidadão e como historiador. Por esta nova Revolução, a história da França parecia-me tão subvertida quanto a própria França”.¹⁷

Passemos agora, rapidamente, à revolução de 1848 na Itália, Alemanha e império austríaco, a qual parecia apenas aguardar o sinal vindo de Paris, para começar. “As nossas revoluções, como as nossas modas, temos que recebe-las de Paris”, escrevia em 1849, F. D. Bassermann, um dos líderes dos liberais moderados no Parlamento de Frankfurt”.¹⁸ Em 1848, como lembrou de maneira espirituosa Taylor, “foi a última vez que a França espirrou e o resto da Europa apanhou um resfriado”.¹⁹ Contudo, deve ser lembrado que a revolução antes de explodir em Paris, em 24 de fevereiro, de 1848, tinha já explodido em Palermo, na Sicília, um mês e meio antes. Deve-se olhar com muita atenção para a conjuntura histórica existente na Itália a partir de 1846, pois ela permite corrigir a tendência, herdada dos próprios contemporâneos, a superdimensionar o papel desempenhado pela França na Revolução de 1848. Como muito bem notou Godechot: “não se pode afirmar que sem a revolução parisiense funcionando como detonador ela não teria, apesar de tudo, posto fogo na Europa”.²⁰ E de acordo com o historiador italiano Candeloro “a onda revolucionária de 1848 teve precisamente na Itália um dos seus principais centros de irradiação: das agitações e das reformas de 1846-47 saiu com efeito a revolução de Palermo de 12 de janeiro de 1848 e, conseqüentemente, a concessão de Estatutos (Constituições) em Nápoles, em Florença, em Turim e em Roma. O movimento italiano tinha já chegado espontaneamente a um ponto muito avançado quando recebeu um novo e poderoso impulso da revolução parisiense de fevereiro de 1848 e da conseqüente revolução de março em Viena. Por isso pode-se até mesmo afirmar que o rápido e aberto desenvolvimento do movimento liberal e nacional na Itália nos vinte meses compreendidos entre a eleição de Pio IX e a revolução parisiense exerceu um notável influência sobre a situação européia”.²¹

Seja como for, decorridas poucas semanas das jornadas de fevereiro, a revolução explode em Berlim e em Viena, entre 11 e 18 de março. Para Taylor, “a revolução de Viena foi o evento central de 1848, tão significativo quanto a queda da Bastilha, em 1789... ambas simbolizavam a velha ordem

18. Citado por Lewis Namier, *op. cit.*, p. 21.

19. A. J. P. Taylor, *op. cit.*, p. 31.

20. Jacques Godechot, *op. cit.*, p. 189.

21. Giorgio Candeloro *Storia dell'Italia moderna*, Milão, Feltrinelli, 1960, vol. 3, p. 5.

e caíram com ela. A autoridade monárquica sobre os ‘súditos’ perdeu sua sanção divina em 14 de julho de 1789; o direito dinástico sobre os povos perdeu sua sustentação em 13 de março de 1848. Os “Direitos do Homem” triunfaram nas ruas de Paris; os direitos das nações nas ruas de Viena. Era o fim do governo baseado na tradição. Daqui para a frente os povos poderiam ser governados somente pelo consentimento ou pela força”.²²

Mas, o curso da história, como se sabe, não é linear, entre os momentos de nascimento do novo e da morte do velho e seus, respectivos, triunfos e retiradas do cenário histórico, o tempo se arrasta e os princípios e as instituições representativas do que é arcaico e do que é moderno combinam-se de maneira singular, dando lugar a formas compósitas e bizarras. Os princípios e a realidade histórica decorrentes tanto da Revolução Francesa de 1789, quanto da Revolução Industrial inglesa, tinham dado um golpe de morte, no antigo regime e em tudo o que o caracterizava, absolutismo político, sociedade hierárquica e aristocrática, relações ainda feudais no campo, etc. Ora, o que era a Áustria de Metternich, entre 1815-1848, senão a encarnação viva, a defensora intransigente, de tudo isso? Os muitos milhões de europeus, de todas as condições e nacionalidades, que viviam sob o domínio do império Habsburgo que anelavam por liberdade, quer fosse somente a liberdade política, ou a econômica, ou a social, ou a nacional, ou todas elas juntas, sentiam-se tolhidos, reprimidos e sufocados pela burocracia, pela polícia, pela espionagem e pela censura onipresentes. Por isso, a Áustria, juntamente com a Rússia, era o objeto de todos os descontentamentos e de todos os ódios.

E no entanto, não é que, uma vez passada a tempestade revolucionária, o império Habsburgo sobreviveu até a Primeira Guerra Mundial? Pode-se dizer que o fracasso da revolução de 1848, na Itália, na Alemanha e no império Habsburgo, deveu-se, fundamentalmente, a três fatores: a) ao medo que a burguesia tinha da revolução social, ou democrática; b) aos vários e conflitantes nacionalismos; e c) à habilidade do império Habsburgo em se reformar e lidar com os problemas. Não vou aqui tratar do primeiro fator, que me parece bastante conhecido. Lembro apenas que, Camilo Benso di Cavour, o futuro arquiteto da unificação italiana, anteviu, com profundidade, o que iria acontecer, com as várias burguesias, uma vez iniciada a revolução. Ainda em 1846, afirmava, profeticamente: “Se a ordem social chegar a ser genuinamente ameaçada, se os grandes princípios sobre os quais ela repousa vierem a estar diante de um sério risco, então muitos dos mais decididos opositores, os

22. A. J. P. Taylor, *op. cit.*, p. 33-34.

mais entusiásticos republicanos, serão, temos certeza, os primeiros a aliarem-se aos flancos do partido conservador”. Depois, em 1853, Giuseppe Ferrari, assim se exprimia sobre a situação contraditória vivida pelos burgueses na Itália (e, também na Alemanha e Áustria), em 1848: “Na França pedia-se a revolução do pobre, na Itália não tinha ainda chegado a revolução do rico”.²³

Nesse sentido, a revolução de 1848, na Itália, na Alemanha e no império Austríaco foi exemplar; daí seu caráter confuso, seu curso descombinado e seu resultado contraditório, pelo menos na aparência e no curto prazo. Os franceses cunharam a expressão *esprit quarante-huitard*, para caracterizar o clima, lírico, romântico, reinante em fevereiro de 1848, e os italianos a expressão *fare un quarantotto*, para designar a confusão e a falta de coordenação que marcaram a revolução italiana de 1848. Mas, foi na Alemanha, sobretudo, onde se manifestaram com mais intensidade a confusão e o espírito romântico, e irrealista, e onde todos os componentes de 48 estiveram presentes: o econômico, o social, o político e o nacional.

Era na Prússia e no império Habsburgo que se localizavam as “nações históricas”, que lutavam para construir seus respectivos estados independentes: alemães, italianos, húngaros e poloneses; bem como as chamadas nações “não históricas”, como a dos checos, eslovenos, rutenos, croatas e sérvios que, precisamente em 1848, queriam ser reconhecidas como nações. Como assinalou Taylor, a surpresa de 1848 foi o aparecimento das nações não-históricas: “as nações históricas, desafiando a ordem tradicional da Europa, eram elas mesmas desafiadas pelas nações não históricas. Eslovenos e croatas disputavam as históricas reivindicações da Itália nacional; eslovenos, croatas, sérvios e romenos repudiaram a Grande Hungria; os tchecos questionaram o predomínio alemão na Boêmia; os poloneses lutavam nos dois campos — resistiram às reivindicações dos alemães na Posnânia, ainda que no Leste suas próprias reivindicações “históricas” eram desafiadas pelos ucranianos”.²⁴

Como se sabe, o princípio nacional reivindicado em 1848 tinha uma fundamentação distinta do princípio francês. Enquanto neste havia sido o Estado (portanto, a política) o ponto de partida da nacionalidade, naqueles

23. A citação de Cavour encontra-se em Hobsbawm, *A era do capital 1848-1875*, p. 35 e a de Ferrari em Gaetano Salvemini *Scritti sul Risorgimento*, Milano, Feltrinelli, 1961, p. 462.

24. A. J. P. Taylor, op. cit., p. 29-30. Em 1848, das quatro nações históricas, assim chamadas por que em algum momento do passado haviam vivido como unidades políticas independentes, só os alemães não estavam sob dominação estrangeira, embora estivessem politicamente separados e sob dominação absolutista; ao passo que, entre as nações não-históricas, assim chamadas porque nunca haviam, em algum momento do passado, desfrutado de unidade e independência política, todas se encontravam sob dominação estrangeira: ou prussiana, ou austríaca, ou russa.

o Estado (portanto, a política) era o ponto de chegada, isto é, a nacionalidade existe em decorrência de uma língua, e/ou de uma etnia próprias e, por causa disso, elas devem ter o direito de se constituírem em uma comunidade política independente, em um Estado nacional. Em 1848, foi o italiano Giuseppe Mazzini o grande teórico, e a figura emblemática, do princípio das nacionalidades (“A única idéia hoje fecunda e poderosa na Europa é a idéia da liberdade nacional; o culto do princípio começou”, escrevia em 1832; e, mais tarde, “A nação é a universalidade dos cidadãos que falam a mesma língua”; e também, e profeticamente, “a questão da nacionalidade está destinada a dar o seu nome ao século”).²⁵ Mas, como se sabe, foram os alemães, a começar pelo filósofo Herder, os que antes formularam este conceito de nacionalidade que é lingüístico e racial, mais do que político e territorial.

Mas, uma Europa das nações, baseada no princípio da língua, como a sonhada por Mazzini e tantos outros, era irrealizável, porque, entre outras coisas, era contraditória: sua realização, implicava no que Namier chamou de “uma grande guerra européia de cada nação contra seus vizinhos”. Se até mesmo o sonho mazziniano de uma comunidade universal de nações irmãs, não estava isento do preconceito de superioridade, pois, à Itália cabia um lugar, uma missão, de liderança (bem como o sonho de Mickiewicz que considerava a Polônia “o Cristo das nações” que “ressurgirá e libertará da escravidão todas as nações da Europa” e o de Michelet que escrevia, em 1846, “Minha pátria, minha pátria somente pode salvar o mundo”)²⁶ o que não se poderia esperar do nacionalismo alemão?

O filósofo Fichte acreditava que somente os alemães constituíam uma verdadeira nação, falando uma língua viva, ao passo que as outras línguas “mortas na raiz”, não eram mais do que ecos. Em 1808, assim exortava os alemães: “De todas as nações modernas sois vós que carregais mais claramente a semente da perfeição humana, e é vossa missão desenvolvê-la. Se ela percesse em vós, todas as esperanças da humanidade para a cura dos seus males profundos perceriam também”.²⁷ Os historiadores Namier e Taylor estavam convencidos que, em 1848, praticamente todos os alemães instruídos, isto é, de origem burguesa ou nobre, estavam imbuídos de sentimento nacionalista, de crença na superioridade do alemão sobre os demais povos.

25. Citações retiradas de Lewis Namier, *op. cit.*, p. 165 e 175.

26. *Idem*, p. 179.

27. *Idem*, p. 179.

Não sem satisfação, esses dois historiadores comprazeram-se em mostrar que até revolucionários radicais e internacionalistas, como Marx e Engels, eram portadores desse sentimento. Em suas interpretações sobre 1848 eles exploraram ao máximo esse aspecto e demonstraram, de maneira brilhante diga-se, como a burguesia alemã, com poucas exceções, esteve disposta a negociar, e até mesmo a renegar, todos os princípios, exceto o princípio de um Estado nacional poderoso. “A liberdade através do poder: tal o caminho destinado à Alemanha”, escrevia o acadêmico Dahlmann, um dos líderes das assembleias de Frankfurt, em abril de 1848. Assim, mesmo tendo fracassado, a revolução alemã conseguiu assustar outras nacionalidades. Quando em maio de 1848, von Wächter, foi para Praga em missão oficial, para dialogar com os tchecos, e declarou que “nós os alemães queremos tomar os tchecos em nossos braços. Sim, exclamaram estes, para estrangular-nos”. Um mês antes, Palacky, o líder do movimento nacional tcheco escreveu: “Na realidade, se o império austríaco não existisse, no interesse da Europa, ou melhor da humanidade, seria necessário criá-lo sem demora”.²⁸

Cavour, para citá-lo mais uma vez, em um discurso, proferido em outubro de 1848, afirmou: “O germanismo mal nasceu e já ameaça turvar o equilíbrio europeu, já manifesta pensamentos de domínio e de usurpação”. Cavour pareceu entrever o que o poeta Heine profetizou em 1834: “A revolução alemã não será mais nobre e mais suave pelo fato de ser precedida pela crítica de Kant ou pelo eu transcendental de Fichte ou pela própria filosofia da natureza. Estas doutrinas serviram para liberar forças revolucionárias que esperam apenas pela sua hora para explodir e encher o mundo de temor e de estupor”.²⁹

O poder da dinastia Habsburgo, que se caracterizava precisamente por ser supranacional, pôde, uma vez refeito do susto e da paralisação inicial, se recompor. E pôde se recompor por que, apesar da insurreição vitoriosa em Viena, de março a outubro, o esteio burocrático, militar e social, do Estado permaneceu intacto. Depois da queda de Metternich e da abdicação do imperador, os novos dirigentes puderam explorar a fundo as divisões e os temores que dominavam as várias camadas da burguesia e manobrar a vontade entre os povos, porque dispunham de um exército estruturado e obediente, de um aliado, a Rússia, pronto a ajudá-los e,

28. As três citações foram retiradas de Lewis Namier, *op. cit.*, p. 219, 155 e 122, respectivamente.

29. Citado por J. P. T. Bury, “Introdução”, *Storia del mondo moderno*, *op. cit.*, p. 17.

sobretudo, porque souberam eliminar, com uma reforma pelo alto a ameaça mais séria: a revolução camponesa.

O imperador da Prússia, Frederico Guilherme IV, disse em 23 de março de 1848, a uma delegação polonesa da Posnânia, que uma das mais altas personalidades austríacas tinha-lhe confidenciado o seguinte: “As desordens italianas e suíças causaram-nos muito dano, e a crise financeira causou-nos muitas dificuldades; mas nada tem sido tão ruinoso para a nossa monarquia como a insurreição dos camponeses...”.³⁰ Compreende-se assim, porque em plena crise revolucionária, o Estado austríaco aboliu a servidão que ainda pesava sobre os camponeses e com isso rompeu uma possível e irresistível aliança revolucionária entre campo e cidade. Conta-se que, o príncipe Alfred Windischgrätz, um dos arquitetos da reconstrução do domínio Habsburgo, protestou junto ao próprio imperador, em fevereiro de 1850, contra as reformas que haviam prejudicado os interesses dos grandes proprietários, nos seguintes termos: “Nem mesmo o comunista mais avançado ousou pedir as leis que Vossa Majestade decretou”.³¹

Assim, quer pelo medo, hesitação, desunião e fraqueza dos adversários, quer por sua capacidade de se auto-reformar, o império austríaco dos Habsburgo conseguiu uma sobrevivência, que antes e durante a tempestade de 1848, parecia impossível. No prefácio à edição italiana de 1893 do *Manifesto Comunista*, Engels escreveu que “os homens que abateram a revolução de 1848 foram, malgrado seu, os seus executores testamentários”, o que significa dizer que, como bem assinalou Hobsbawm, não é que a Europa tenha falhado em mudar em 1848, “falhou foi em mudar de uma forma revolucionária”.³²

30. Lewis Namier, *op. cit.*, p. 30.

31. *Idem*, p. 36.

32. Eric J. Hobsbawm *A era do capital 1848-1877*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 30. A frase de Engels foi retirada de Osvaldo Coggiola (org.) *Manifesto Comunista de Marx e Engels*, São Paulo, Boitempo, 1998, p. 82.

FLORENZANO, Modesto. Anotações sobre a Europa em 1848. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.6, 1998, p.84-97.

Palavras-chave: Revolução; Europa; Crise política; Crise econômica; 1848.